pontocomum

INFORMATIVO PRA VOCÊ QUE TRABALHA NO SETOR PETRÓLEO NO RS | Nº 001 | MAIO 2023

PÁGINA 2

SEGURANÇA E CONDIÇÕES DIGNAS DE TRABALHO TÊM QUE SER PARA TODOS!

Foto ilustrativa: greve dos terceirizados em janeiro de 2023

COM A PALAVRA, A PRESIDENTA DO SINDIPETRO-RS

Nesta primeira edição do informativo **PONTO COMUM**, dirigido aos trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas nas unidades da Petrobrás do RS, a presidenta do SINDIPETRO-RS, **Miriam Cabreira**, fala sobre o material, os objetivos e a expectativa deste canal direto com estes trabalhadores e trabalhadoras.

PÁGINA 3

DE OLHO NOS SEUS DIREITOS

Assessoria Jurídica do SINDIPETRO-RS alerta os trabalhadores e trabalhadoras sobre o que é e como se dá o **Assédio Moral**.

PÁGINA 4

FICA A DICA

Fique ligado! Na hora de fazer a **rescisão,** é importante estar bem informado sobre seus direitos. Procure o sindicato e saiba o que pode e o que não pode ser assinado. **PÁGINA 4**

SEGURANÇA E CONDIÇÕES DIGNAS DE TRABALHO TÊM QUE SER PARA TODOS!

Em janeiro/fevereiro deste ano, em plena Parada de Manutenção na Refap, as condições precárias de trabalho e todo tipo de problemas e descaso das empresas contratadas e da contratante Petrobrás, que afetaram os trabalhadores terceirizados, levaram a uma greve que durou 11 dias.

A greve evidenciou situações que são uma realidade no cotidiano destes trabalhadores: as empresas contratam com um discurso e não cumprem o que prometem. As contratadas lavam as mãos, as contratantes dizem que não é com elas, e os trabalhadores e trabalhadoras ficam sem seus direitos, que só são reconhecidos depois de movimentos grevistas e muitas negociações, inclusive com a interferência da Justiça do Trabalho. Mas é, acima de tudo, a união, a organização e a mobilização dos trabalhadores e das trabalhadoras que faz toda a diferença.

IRMÃ GÊMEA DA PRECARIZAÇÃO

Recentemente, falando sobre as condições mais que precárias de trabalhadores terceirizados em Bento Gonçalves, o próprio ministro do Trabalho, Luiz Marinho, reconheceu que a Lei de Terceirização (Lei nº 13.429/17), em vigor no País, "**é irmã gêmea do trabalho escravo** e a reforma de 2017 (a reforma trabalhista) trouxe perversidade para a qualidade da relação de trabalho". No caso referido pelo ministro, os trabalhadores haviam sido resgatados em condições análogas à escravidão, inclusive tendo sofrido castigos físicos.

Nas empresas a situação não chega a tanto, mas o assédio moral, a pressão, a imposição de jornadas exaustivas, perseguições de chefias, péssimas condições de transporte, de alojamento, são alguns dos problemas que evidenciam estas condições precárias.

A reforma trabalhista, de fato, abriu as portas para o vale-tudo e por isso, a resistência e a atenção dos trabalhadores e a atuação dos sindicatos devem ser cada vez mais fortes.

NADA ALÉM DOS DIREITOS

Na maioria dos casos, o motivo que leva os trabalhadores terceirizados a paralisarem, seja na Refap, no Polo Petroquímico ou em outros setores e empresas, é ter reconhecido seus direitos e o cumprimento das promessas das empresas. Muitas vezes as paralisações são, inclusive, pelo pagamento dos salários, sistematicamente atrasados.

Os movimentos também são por melhores condições de trabalho, fornecimento de EPIs e outras situações que garantam a segurança e a saúde dos trabalhadores, bem como questões estruturais como transporte, uniformes, alimentação, entre outras. No caso da greve de 11 dias na Refap, a pauta incluía até reembolso de passagens prometidas e não cumpridas pelas empresas que trouxeram trabalhadores de outros estados.

MAIORES VÍTIMAS DOS ACIDENTES E ADOECIMENTOS DO TRABALHO

Motivos para lutar não faltam. O cenário brasileiro, que já é trágico quando o assunto é acidentes/adoecimentos do trabalho, é pior ainda para os trabalhadores terceirizados. Uma situação que a Reforma Trabalhista e as alterações nas normas de segurança só pioraram. Segundo o DIEESE, no Brasil, a cada 10 vítimas de acidentes do trabalho, oito são terceirizados, inclusive na Petrobrás. Entre 1995 e 2018, dos 377 mortos no Sistema Petrobrás em serviço, 307 eram terceirizados, ou seja, 81% do total de óbitos. Isso sem considerar as subnotificações, que no último governo aumentaram.

Com a falta de planejamento adequado nas contratações, os acidentes/adoecimentos se agravaram. As empresas contratantes, muitas vezes, não dão treinamento, o trabalhador não recebe o preparo necessário para suas atividades ou há desvio de função, não é fornecido equipamento de proteção adequado ou são insuficientes, e ele acaba tendo sua vida e saúde colocada em risco, por acidentes ou por exposição a produtos químicos contaminantes.

COM A PALAVRA, A PRESIDENTA DO SINDIPETRO-RS

Nesta primeira edição do informativo PONTO COMUM, dirigido aos trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas nas unidades da Petrobrás do RS, a presidenta do SINDIPETRO-RS, Miriam Cabreira, fala sobre o material, os objetivos e a expectativa com este canal direto com estes trabalhadores e trabalhadoras.

PC. Miriam, por que um jornal dirigido aos terceirizados das unidades da Petrobrás no RS?

MIRIAM: Durante esses últimos anos tivemos muita luta e resistência para segurar a Petrobrás no estado e, ao mesmo tempo, foram anos que os trabalhadores em geral perderam muitos direitos, tiveram uma piora nas relações de trabalhos, como a redução do número dos trabalhadores e o aumento da carga de trabalho, frutos da tentativa de privatização. Agora precisamos unificar a nossa luta e melhorar as condições de trabalho, reaver direitos perdidos ao longo desses anos e, com isso, ter um processo de comunicação com todos os trabalhadores aqui do RS. É fundamental a gente construir essa luta.

PC. Qual será o foco do conteúdo do informativo?

MIRIAM. O nome que escolhemos é justamente para que a gente possa discutir o que nós temos de comum entre todos os trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Petrobrás. São diversas empresas que atuam na Petrobrás e Transpetro, algumas com características diferentes, mas problemas em comum. Estamos expostos aos mesmos agentes químicos, as condições de trabalho são ponto comum que nos atingem. Temas como assédio e condições de trabalho das mulheres trabalhadoras do sistema Petrobrás e, principalmente, questões de direitos, são pautas do dia a dia. Ao longo desses anos foram diversas formas de ataque, seja na mudança de leis e normas, seja na forma de contratação da Petrobrás, que acabaram precarizando as condições de trabalho.

São vários assuntos que podemos construir de forma conjunta, queremos construir propostas mais assertivas para buscar a solução desses problemas.

PC. Como será definido o conteúdo?

MIRIAM. Partindo desse primeiro entendimento, desse ponto em comum que abrange saúde, segurança, direitos, condições de trabalho e outras questões que precisem de suporte jurídico, a gente procura estreitar essa comunicação com os trabalhadores e trabalhadoras, abrindo um canal de mão dupla, onde todos possam mandar comentários, relatos e sugestões, construindo em conjunto o conteúdo desse jornal.

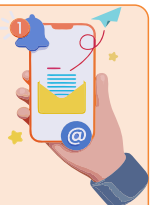
PC. Quais as perspectivas em relação a essa iniciativa do SINDIPETRO-RS?

MIRIAM. Temos o objetivo de melhorar o diálogo com os trabalhadores e trabalhadoras, entender melhor as dificuldades e demandas do dia a dia, para atuar de forma mais eficaz junto à Petrobrás, cobrando que se façam as mudanças e cobranças necessárias no ambiente de trabalho e nos contratos. Claro que isso está muito ligado aos comentários e sugestões que recebermos, então o futuro é aberto e mudanças podem acontecer.

PC. Como os próprios trabalhadores podem contribuir para que o conteúdo represente, de fato, a sua realidade?

MIRIAM. Nós queremos que esse boletim seja um mecanismo de comunicação de mão dupla entre o sindicato e os trabalhadores e trabalhadoras. Neste primeiro número produzimos um conteúdo que entendemos ser comum a todos. Agora precisamos que nos digam as necessidades mais específicas, aquelas que só quem vive diariamente na pele pode saber. Qual noticia é importante ser acompanhada pelo sindicato? Quais as dúvidas que precisam ser resolvidas? Criamos um email próprio para essa comunicação, não deixem de utilizar este canal. Façamos juntos essas mudanças tão importantes.

Mande sua sugestão de assunto para o jornal, sua opinião ou crítica para o **e-mail** pontocomum@sindipetro-rs.org.br



DE OLHO NOS SEUS

DIREITOS

ASSÉDIO MORAL

O assédio moral é uma espécie de violência frequente no ambiente de trabalho que, muitas vezes, não é reconhecido pelo trabalhador. Por isso, a denúncia é fundamental. Em qualquer dessas situações, não se cale. Procure auxílio jurídico.

O que é assédio moral? Grosserias, cobranças excessivas, apelidos, brincadeiras vexatórias. Todos os constrangimentos a pessoa trabalhadora podem ser considerados como assédio moral, a repetição das condutas pelo empregador ou superior hierárquico dão gravidade ao assédio. É essencial buscar auxílio jurídico e orientação.

Com as mulheres o assédio é diferente? O assédio é uma conduta que atinge homens e mulheres, entretanto, as mulheres são vítimas habituais. A exposição a situação humilhante através de palavras, gestos e atitudes repetitivas e prolongadas que ofendem a trabalhadora devem ser comunicados dentro da empresa que é obrigada a buscar solução, para que não se repitam. Atitudes que desvalorizem a função da trabalhadora e a sua desqualificação como profissional também se enquadram como assédio moral.

Se você precisar, entre em contato com a assessoria jurídica do SINDIPETRO-RS - **Escritório Direito Social** - Dra. Caroline Anversa - **Fone (51) 3215.9000.**

DICA SINDICAL

HOMOLOGAÇÃO

É preciso muita atenção na hora de fazer a rescisão. Têm sido muitas as denúncias de empresas prestadoras de serviços que demitem os trabalhadores, fazem eles assinar os papéis de rescisão do contrato de trabalho para que possam dar entrada na Caixa para receber o seguro desemprego, mas não pagam os direitos e verbas rescisórias. Depois para receber é preciso entrar na Justiça e de posse dos documentos assinados, a empresa diz que já pagou os direitos.

Para evitar esta dor de cabeça e garantir seus direitos, sempre faça a rescisão no sindicato. Apesar de a reforma trabalhista ter acabado com a obrigatoriedade do trabalhador com mais de um ano de trabalho homologar a rescisão no sindicato, **procure a entidade sindical para receber informações e orientação**, para não ter prejuízos logo ali na frente. Não seja enganado em seus direitos!

PARA ACOMPANHAR...

STF JULGA FORMA DE CORREÇÃO DO FGTS

O STF está julgando a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) n° 5090, que contesta o uso da Taxa Referencial (TR) como correção para as contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A TR não acompanhou índices inflacionários entre os anos de 1991 e 2012, provocando perdas paras os trabalhadores. Mas fique ligado para não cair em golpe. A ADIN ainda está em julgamento.

Mesmo assim, muitos advogados - nem sempre bem intencionados - têm levado os trabalhadores ao erro, propondo fazer cálculos de quanto o trabalhador poderá ganhar e prometendo ganhos financeiros, cobrando para isso. Não caia nesta conversa. É preciso esperar o julgamento do Supremo para tomar a decisão sobre o que fazer.

Somente depois de finalizado o julgamento que serão definidos critérios como índice de correção, período para o recálculo, quem terá direito e a partir de quando, entre outras definições.

Na dúvida procure o sindicato da sua categoria. Muitos sindicatos e a própria CUT-RS já entraram com ações para garantir os direitos dos trabalhadores representados pelas entidades.

pontocomum

Informativo editado pelo SINDIPETRO-RS e dirigido aos trabalhadores terceirizados das Unidades do Sistema Petrobrás no RS | "SINDIPETRO-RS GESTÃO 2022-2025"
DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Maia, Alex Frey, Terterola, Cadore, Márcio, Lautert, Aires, Medeiros, Fábio, Deporte, Stelmaki, Maurício, Nalva, Oscar, Dary, Jesus, João Aolísio, Russo e Lisboa.
JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (MTb 6.771) e Rita Cardoso (MTb 14.278).
SEDE PORTO ALEGRE - Av. Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br